

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NO CONTEXTO HISTÓRICO DE BOTUPORÃ-BA

Fátima Crislaine Batista Rocha[1]
Daniel Oliveira Santos[2]

Palavras-chave: campo, cidade, feira-livre.

INTRODUÇÃO

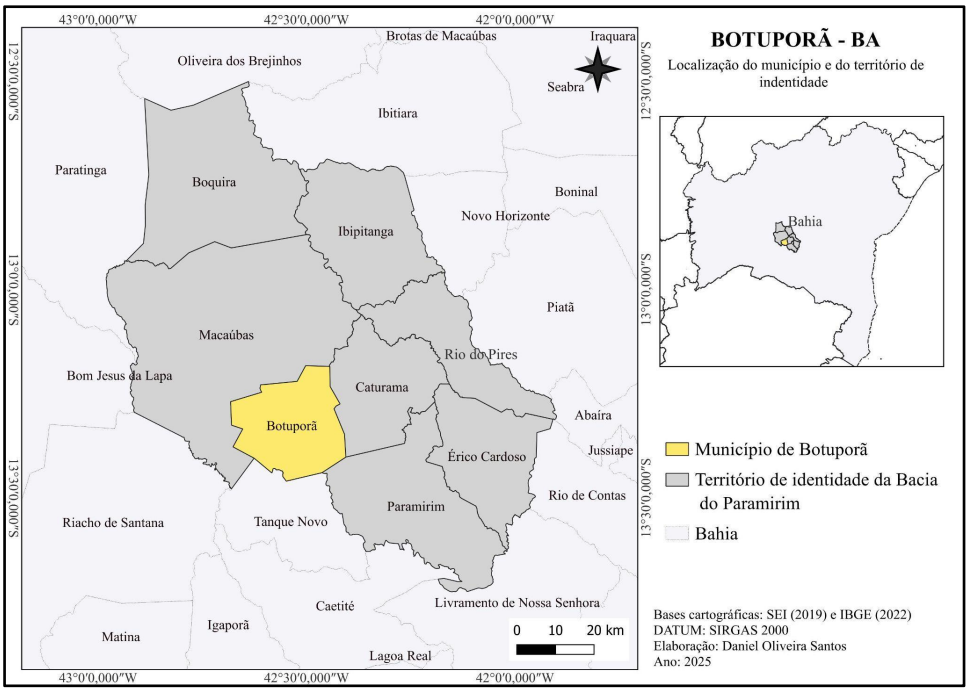
Campo e cidade, como espaços concretos e, historicamente, produzidos, demonstram ser opostos, sendo um a negação do outro? Sob a tendência do aumento do trabalho abstrato em sua paisagem, a cidade 'aparece' como o espaço do "desenvolvimento" e o campo 'aparece' como o espaço do "atraso". No entanto, ao analisá-los sob a ótica da totalidade, entende-se que ambos são conectados, em uma relação dialética, principalmente ao considerar a realidade histórica de uma pequena cidade. Assim, campo-cidade, compreendidos como relação social, e condicionalmente, produzida em funções específicas pela/na sociedade, estão envoltas em um contexto econômico mais amplo. Diferente da dicotomia aparente, a qual aqui foi introduzida, essa dualidade revela-se enquanto espacialização, produto da contradição do modo de produção capitalista, que materializa-se no espaço geográfico sob a seguinte constante: a divisão territorial do trabalho.

A fim de analisar como se dá a relação campo-cidade nas pequenas cidades e suas particularidades, toma-se como referência neste resumo, o trabalho monográfico em andamento sobre o município de Botuporã-BA (Localização na Figura 01), que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), reflete na sua população total de 11.024 habitantes, o quantitativo de 6.208 habitantes que vivem no campo, maior que o

[1] Mestra em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e professora do Curso de Licenciatura Plena em Geografia pela mesma universidade (UESB).
[2] Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), estudante.

de 4.816 habitantes que vivem na cidade (sede), caracterizado, portanto, por uma população, majoritariamente, rural[3].

Figura 01 - Localização do município de Botuporã-BA e do Território de Identidade da Bacia do Paramirim



Fonte: D. Oliveira (2025)

Como pode ser observado na Figura 1 e analisado na Tabela 01, esta é uma característica rural que perpassa o Território de Identidade da Bacia do Paramirim, sendo, portanto, uma realidade do Sertão Baiano, trajado histórica e, espacialmente, na cultura do couro, em que esta era uma atividade pecuarista estratégica de apropriação territorial por parte dos portugueses bandeirantes (Moraes, 2009).

Tabela 01 - Dados totais da população rural, urbana e total, Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2022.

Município	População Rural	População Urbana	População Total
Macaúbas	22.310	19.549	41.859
Boquira	12.251	7.071	19.322
Érico Cardoso	8.320	2.824	10.604
Tanque Novo	8.017	9.141	17.158
Paramirim	7.709	12.642	20.351
Ibipitanga	7.694	6.169	13.863
Caturama	6.821	2.820	8.841
Botuporã	6.208	4.816	11.024
Rio do Pires	5.074	5.423	10.467

Fonte: IBGE/SIDRA, Censo Demográfico, 2022.

[3] Esta realidade é comum em pequenas cidades, da mesma maneira a qual ocorre no município de Macaúbas, que mantêm, historicamente, sua população rural acima da população urbana. Do total de 41.859 habitantes, a população do campo soma 22.310 habitantes e a população da cidade, 19.549, conforme os dados do SIDRA/IBGE (2022). A análise histórica desses dados pode ser revisitada no trabalho monográfico de Rocha (2012) intitulado "A relação campo-cidade em Macaúbas: Entre a homogeneização, oposição e diferenciação".

Apesar dessa regionalização em comum, a singularidade de Botuporã está no fato da produção econômica do município está condensada no campo, com a agricultura camponesa, e concentrada/expandida por meio da feira-livre da cidade, sendo esta um condicionante a longo prazo e importante produto da relação campo-cidade a conduzir o processo histórico de urbanização, que está, por sua vez, subsumido, dentre outras determinações históricas, ao contexto mais rural, do que urbano. Logo, trata-se neste resumo, de analisar a interação entre espaço urbano e rural no município de Botuporã-BA, considerando a feira livre como o nó que os une, e faz parte da construção histórica que destaca a tendência rural na sua relação campo-cidade.

Para tal, foi utilizado como pressuposto qualitativo uma análise metodológica pautada no método do Materialismo Histórico e Dialético, tendo por referência uma construção teórica que destaca a práxis da relação campo-cidade na produção do espaço, como as obras de Rocha (2018), Souza et.al (2016), e dados históricos e documentais de Botuporã, com as contribuições de Silva (2012).

Esta discussão também pode ser estabelecida ao decifrar a contradição quantitativa dos dados municipais, bem como no entendimento sobre a (re)produção da agricultura camponesa, na análise investigativa de dados secundários, feita com pesquisas em órgãos e instituições oficiais como: O censo demográfico do IBGE de 2022 para discernir a flexibilidade quantitativa da população rural e urbana; O Censo Agropecuário de 2017 para identificar as principais produções do município; E informações do Grupo de Pesquisa Geografar que, com base no Censo Agropecuário, fornece dados sobre a estrutura fundiária deste município.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Nesta parte do resumo, será exposto parte dos fatos históricos que condicionaram no processo tardio de urbanização, e depois será analisada a categoria trabalho mediante dados contemporâneos sobre o município em lócus, que dão respaldo para a reprodução do espaço rural, num viés da problemática agrária.

A começar pela contribuição de Silva (2012), o mesmo argumenta que devido à ocupação do interior do Brasil a partir do século XVI e à decadência da exploração do diamante na Chapada Diamantina e em Minas Gerais, houve uma mobilidade de contingentes populacionais para o local onde hoje se encontra o município de Botuporã - BA. As terras deste, denominadas, neste período, por Fazenda Caititu, pertenciam ao atual município de Macaúbas, especificamente, dominada pela Casa da Torre dos Guedes de Brito, adquirida pelo sistema de sesmaria. O latifúndio deste proprietário ocupava quase toda margem do Rio São Francisco e se estendia do município do Morro do Chapéu até o de Ouro Preto-MG.

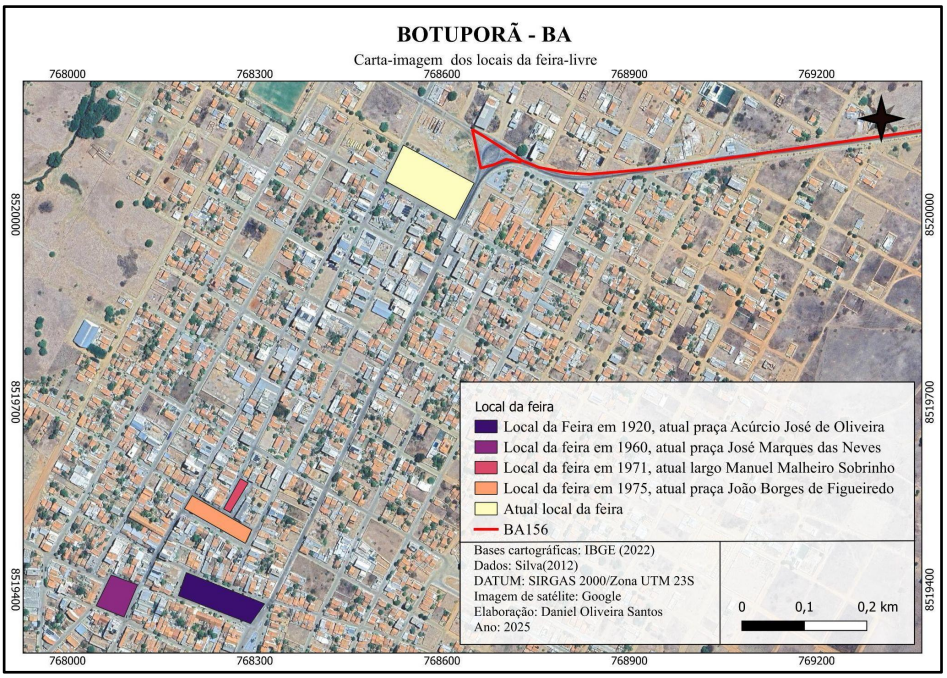
Com a morte de D. Joana Guedes de Brito, herdeira deste, o latifúndio foi dividido em pequenas e médias propriedades, sendo a Fazenda Caititu administrada até 1890 por Tertuliano José da Costa (Souza, 2022). Conforme Silva (2012), no início do século XX, a Fazenda Caititu se destacou com os interesses de duas famílias tradicionais, a de Clemente Costa e a de Acúrcio José de Oliveira, sendo este último, um sujeito na função de pequeno comerciante de tecidos e devoto religioso, que incentivou com seu poder econômico e político a construção de uma capela, sendo o seu entorno, a espacialização da cidade de Botuporã.

Segundo Silva (2012), no início da década de 1920, a fazenda Caititu foi marcada pela ruralidade presente nos povoados rurais[4], e possuía em seu centro cerca de trinta propriedades consolidadas em moradia rural.

José Marques das Neves, um dos moradores desta fazenda, nessa mesma década, planejou a feira-livre "[...] para o pequeno "patrimônio", expressão usada na época para designar povoado ou algo similar[...]" (Silva, 2012, p. 12). Os produtos consumidos pelos habitantes eram adquiridos em comércios nas localidades próximas, tais como em Canabrava do Caldeiras, Paramirim, Lagoa Clara e Macaúbas. A iniciativa de concentração da produção agrícola em feira-livre feita por José Marques das Neves gerava incertezas nos camponeses que pediam uma garantia que sua produção agrícola fosse vendida no fim da feira.

Nessas condições, a feira livre aconteceu onde, atualmente, se localiza a Praça Acúrcio José de Oliveira (Figura 02).

Figura 02 - Carta-imagem dos locais da feira em Botuporã - BA



Fonte: D. Oliveira (2025)

Popularmente chamada de *Praça da Igreja,* Silva (2012) a referencia da seguinte forma: "Nos caminhos e estradas que dava acesso ao povoado de Caititu o que se via era animais de cargas e carros de bois transportando os produtos oriundos da roça" (Silva, 2012, p.12).

O espaço da feira ficou repleto de especiarias regionais, como farinha, rapadura, sabão bola, café em coco, batatas, arroz em casca, puba, laranjas, amendoins, abóboras, toucinho, carnes (principalmente bovinas), café com refeições. Como o pesquisador retrata:

> No final da feira, o Zeca Marques, subiu no cabeçalho de um carro de boi e perguntou se havia sobrado alguma mercadoria. Logo constatou que não havia sobrado nada. Exceto um balaio de bananas de Jonas, um morador da Lagoa da Telha, as trouxe e não conseguiu vendê-las. Na

[4] Segundo Silva (2012), o município é formado em torno da área rural nas localidades da Pedra, Pajeú, Lagoa D'água dos Costas, Taquaril, Sitio dos Moias, Preá e Lagoa D'água do São Francisco.

> época, garantir a palavra era a maior virtude de um homem, dessa feita o Zeca Marques não pensou duas vezes em adquirir os frutos do feirante mal sucedido daquele dia (Silva, 2012, p.13).

Na década de 1960, a feira foi deslocada para onde hoje se denomina *Praça José Marques das Neves* (Figura 02). Ergueu-se um mercado pequeno feito de adobe para a realização da feira. Por volta de 1971 o prefeito Juvêncio Carneiro Neto moveu a feira para o atual largo Manoel Malheiro Sobrinho (Figura 02), o que gerou insatisfação dos feirantes. Em 1975, a feira é novamente deslocada pelo prefeito Antonio Augusto Mendonça que construiu o novo Mercado Municipal na praça conhecida atualmente como João Borges de Figueiredo e permaneceu assim por mais de duas décadas (Figura 02). Entretanto, no ano de 1993, a feira ganha, novamente, um novo local. O médico e prefeito do período, Dr. Edílcio Brandão Malheiro, propôs a construção de um mercado próximo à saída para Caturama "[...] com o objetivo de dinamizar o crescimento urbano da cidade" (Silva. 2012, p. 14). Apesar da resistência dos feirantes, o mercado foi construído em 1995 e a transferência definitiva da feira só ocorreu em 2002 (Figura 02).

A feira continua no Mercado Municipal, próximo à saída para Caturama, o qual recebeu investimento para sua ampliação e requalificação a partir de um convênio assinado em Salvador na sede da Secretaria de Desenvolvimento Rural em 2021[5], que ofereceu uma melhor estrutura "[...] para a comercialização dos produtos da *agricultura familiar*[6] do município" (Fala de Josias Gomes, secretário de Desenvolvimento Rural, *grifo nosso*).

Desde o início, a feira em Botuporã é marcada pela produção do campo. Na conjuntura atual, a feira comporta outros tipos de mercadorias que não são produzidas nem no campo e tampouco no município, como roupas, calçados, eletrônicos, e utensílios domésticos (Figura 03). Assim, a feira representa o ponto de encontro entre a produção rural e a urbana. Portanto, a produção agrícola camponesa em cidades pequenas tem na feira-livre seu meio de reprodução não apenas econômica, mas de fortalecimento de relações de campesinato, o que não impede dessa caracterização enquanto *camponeses* adquirir aquilo que não produzem no campo, ao contrário, faz-se a sua manutenção na terra, pois não deixam de estar atreladas à reprodução de sua família no campo.

Figura 03 - Feira livre no atual mercado municipal





[5] Os detalhes dessa informação encontra-se em: sdr.ba.gov.br

[6] Neste trabalho, utiliza-se o termo *campesinato*, entendido como uma classe social que vive e reproduz da produção agrícola da terra, e luta, ainda que na mobilidade do trabalho, com sua resistência no campo. Diferente de *agricultura familiar* difundida em muitos discursos políticos, que dissimula a condição de trabalho dos camponeses, e se refere a uma agricultura, antecipadamente, produzida para almejar o consumo na logística da circulação de mercadorias, tendo sua produção controlada pelo vínculo creditício limitado do Estado, em comparação às regalias das grandes propriedades. Portanto, subentende-se sua espoliação na complexidade burocrática (Souza et.al , 2016) (Rocha, 2012).

Fonte: acervo pessoal (2025)

Apesar das mudanças espaciais e estratégicas da feira, visando a expansão urbana, Botuporã é um local de (re)produção agrícola camponesa, pois ao avaliar os dados municipais do Grupo de Pesquisa Geografar, o campo, em questão territorial, é destacado pela estrutura fundiária que conta com 83% das pessoas vivendo em pequenas propriedades (Tabela 02).

Tabela 02 - Estrutura Fundiária de Botuporã - BA, 2017.

Módulo fiscal: 65 hectares, mínimo de 25 hectares		
Propriedades	**População**	**Área ocupada**
0,1 a menos de 20 hectares (pequena)	83%	37,15%
Menos de 20 hectares a 200 hectares (média)	16,41%	47,01%
de 200 hectares a menos de 2.500 hectares (grande)	0,49%	15,84%

Fonte: Geografar/Censo Agropecuário 2017

Ao aprofundar a análise destes dados, é possível observar que apesar de 83% da população viver em pequenas propriedades, a área ocupada na terra é de 37% do campo. Diferente dos médios proprietários, com 16,41% da população, que apropriam da maior área ocupada da terra, 47,01% do campo. Da mesma forma, os grandes proprietários, referente a apenas 0,49% da população, que contém 15,84% da área ocupada, metade de toda terra camponesa. Tais dados demonstram um alto índice de concentração fundiária, e aparato do Estado à extensão e monopolização de grandes propriedades privadas no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de se tratar de uma pesquisa em andamento e conter os limites estruturais de um resumo, essa temática agrária é de grande relevância na Geografia. Assim, é possível deflagrar que as políticas públicas rurais, ou melhor, 'latifundiárias', (através da análise dos dados da Tabela 02), é algo oponente à potência da reprodução da vida dos camponeses, que apesar de não deter tanto quanto os grandes e médios proprietários a legalização do privilégio de monopólio territorial, reproduzem e, *possivelmente*, demarcam a produção econômica do município de Botuporã. Viver, desta maneira, independente da mobilidade entre campo e cidade, é em si, um processo de luta dessas famílias camponesas, e apesar dos limites burocráticos impostos pelo Estado, a revanche nessa luta de classes se expressa, no caráter regional e artesanal na maior parte dos produtos presentes na feira livre, a definir *completamente* no final da pesquisa monográfica. A feira livre, para além dos encontros dos sujeitos do campo e da cidade, se sustenta pela ligação una (Rocha, 2018), entre campesinato e natureza, no objetivo maior, que é a reprodução da vida no campo.

REFERÊNCIAS

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. . São Paulo: Annablume. . Acesso em: 19 abr. 2025. , 2009

ROCHA, Fátima Crislaine Batista. T**rabalho, Divisão do Trabalho e Oposição entre Campo e Cidade na Produção do Espaço.** Vitória da Conquista: 111p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. UESB, 2018.

SILVA, Uilson Magalhães. **Botuporã Entre Resgates e Respaldos.** 2. ed. 2012. Gráfica Tanque Novo.

SOUZA, Suzane Tosta et al. A categoria trabalho na ciência geográfica: o contexto do pensamento crítico. Revista Pegada, v. 17, n. 1, p. 286-309, 2016.